



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

www.carambei.pr.gov.br

LEI Nº1407/2022

SÚMULA: Dispõe sobre alterações da Lei Municipal nº. 1.371/2021 e dá outras providências.

A Câmara Municipal APROVOU e eu, Prefeita Municipal, SANCIONO a seguinte,

LEI

Art. 1º. Altera-se a redação do *caput* do art. 1º da Lei Municipal nº. 1.371/2022, passando a conter o seguinte teor:

“Art. 1º. Esta lei institui o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência de Carambeí, nos termos da Lei Federal nº 13.431/2017, o qual terá a precíua finalidade de cumprimento e aprimoramento das ações e intervenções relativas à Escuta Especializada.

Art. 2º. Altera-se a redação do *caput* e dos incisos, I e IV, todos do art. 2º da Lei Municipal nº. 1.371/2021, passando a conter o seguinte teor:

“Art. 2º. O referido Comitê tem como objetivos gerais a instrumentalização dos serviços, órgãos e instituições alocadas no Município de Carambeí, sobretudo, aqueles contidos nas pastas da Saúde, Educação e Assistência Social, sobre a escuta especializada, bem como, gerir os recursos humanos necessários à execução dos trabalhos em nível municipal”

(...)

“I. Propor metodologias de discussão de casos e aprimoramento de técnicas e práticas na escuta especializada;

IV. Promover, articular, organizar e sugerir eventos, palestras e campanhas, dentre outros, para o combate às violências, em parcerias com outros coletivos ou outros atores da rede de atenção do Município de Carambeí”;



Art. 2º. Altera-se a redação dos incisos III e VI do art. 4º da Lei Municipal nº. 1.3171/2021, passando a conter o seguinte teor:

“Art. 4º.

(...)

III. Propor capacitações continuadas aos órgãos e serviços que compõem o Comitê, bem como promover e propor a realização de campanhas, eventos, dentre outros, para a divulgação das ações em prol do combate e prevenção das violências contra Crianças e Adolescentes;

VI. Realizar a divulgação e promoção das atividades do Comitê à população geral, aos serviços, órgãos e outros atores da rede de atendimento, sobretudo dos fluxogramas e organogramas, orientando a população sobre como proceder no caso de indícios de violências contra Crianças e Adolescentes”

Art. 3º. Altera-se a redação do *caput* e incisos III, IV todos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.371/2021, passando a conter o seguinte teor:

“Art. 3º. O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência de Carambeí, *contará com a seguinte estrutura:*

I. um Presidente e um Vice Presidente

II. um 1º Secretário e um 2º Secretário

III. Membros titulares: 02 (dois) representantes dos serviços da Política de Assistência Social; 02 (dois) representantes da Política de Saúde; 02 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; 02 (dois) representantes do Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS; Colegiado do Conselho Tutelar; 04 (quatro) representantes da Política de Educação – sendo 02 (dois) da esfera Municipal e 02 (dois) da esfera Estadual; 02 (dois) representantes da Polícia Civil, e, 02 (dois) representantes Polícia Militar, para cada par será um titular e um suplente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

www.carambei.pr.gov.br

IV. Membros colaboradores representantes dos Serviços e instituições não governamentais com vínculo direto com a administração pública e afins, que pela relevância do tema, se mostrarem indispensáveis para a composição do presente Comitê.

[...]

Art. 4º. Altera-se a redação do art. 5º da Lei Municipal nº. 1.371/2021, passando a conter o seguinte teor:

***“Art. 5º.** Terão as Instituições mencionadas nos incisos do art. 3º desta Lei, o prazo de 15 dias para indicação dos Membros a comporem o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência de Carambeí.*

Art. 5º. Inclui-se o art. 6º na Lei Municipal nº. 1.371/2021, o qual conterá a seguinte redação:

***“Art. 6º.** Esta LEI entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser regulamentada mediante DECRETO do Poder Executivo Municipal.*

Carambeí/PR, 20 de abril de 2022.

ELISANGELA PEDROSO DE OLIVEIRA NUNES

PREFEITA MUNICIPAL